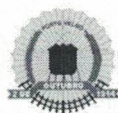




PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
Gerência das Comissões

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA /CPFAEO-2022.

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e vinte três, quarta-feira, às oito horas e trinta minutos, em audiência DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CPFAEO/2021, na Câmara Municipal de Porto Velho, situada na rua Belém, nº 139, no Bairro Embratel, nesta cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia. Pauta: Avaliação do cumprimento das metas fiscais relativa ao fechamento do 1º quadrimestre do exercício de 2023. Faz se presente o vereador Paulo Tico, segundo secretário da comissão de Finanças, vereador Marcelo Reis, presidente da Comissão de Finanças – CFAEO, o secretário João Altair, da Secretaria Municipal da Fazenda de Porto Velho - SEMFAZ, o secretário Luis Guilherme Erse, da Secretária Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão - SEMPOG. O vereador Paulo Tico faz a leitura da ordem do dia. Com a palavra o secretário Luiz Guilherme. Informa o secretário que houve uma performance satisfatória em relação ao equilíbrio da receita e da despesa. Todavia, deve se observa a situação econômica em nível federal, estadual e municipal. Visto que a prefeitura passa por uma inflexão importante em relação as receitas com ênfase nas transferências constitucionais do estado e da união, uma vez que, grande parte não atingiu a previsão do primeiro quadrimestre. Em decorrência dessa inflexão houve uma ruptura no limite prudencial no primeiro quadrimestre. Deste modo, o prefeito estabeleceu um Decreto de Contingenciamento no mesmo valor da receitas frustradas, orientado pela SEMFAZ e pela SEMPOG. Com essa decisão há, neste momento, equilíbrio. Entretanto, no total das transferências correntes, houve uma inflexão de quase trinta e cinco milhões de reais. Em relação ao IPTU (imposto predial e territorial), informa o secretário que há uma receita baixa no primeiro quadrimestre totalizando o valor de vinte e dois milhões, excluindo a dívida ativa. Já o ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) verifica se no primeiro trimestre uma frustração de, aproximadamente, trinta milhões de reais. No entanto, a previsão está demonstrando equilíbrio, neste primeiro quadrimestre, principalmente, no mês de maio. Então, com fundamentação no parâmetro de maio, comunica o secretário: uma



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
Gerência das Comissões

possível recuperação nos valores de ICMS nos meses seguintes. Confirma o secretário que nas transferências constitucionais há um nível satisfatório em relação ao FPM (fundo de participação dos municípios), assim como, há um pequeno nível de satisfação em relação ao FUNDEB (fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica.) As receitas correntes intraorçamentárias estão satisfatórias. As despesas correntes do ano de dois mil e vinte e dois para o ano de dois mil e vinte três teve um incremento de cento e sete milhões de reais. Os outros custeios estão demonstrando um incremento maior do que deveria, em função de uma previsão de receita que foi frustrada, em torno de cem milhões de reais. No total geral, inclusive com as despesas de capital, percebe-se um aumento de cento e trinta e sete milhões de reais aproximadamente. Nas despesas com pessoal e limites, no primeiro quadrimestre, há o percentual de 51,64% (cinquenta e um inteiro e sessenta e quatro décimos por cento) ocorrendo uma ruptura no limite prudencial, de aproximadamente oito milhões de reais. As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino estão em conformidade, visto que a prefeitura está aplicando o percentual de 25,70% (vinte e cinco inteiros e setenta centésimos por cento), já na parte dos recursos do FUNDEB aplica-se 78,07% (setenta e oito inteiros e sete centésimos por cento). Nas despesas com ações e serviços de saúde foi aplicado o percentual de 21,21% (vinte e um inteiro e vinte e um centésimo por cento). Com a palavra o vereador Marcelo Reis. Questiona sobre a despesa na contratação de pessoal, para educação, como também sobre o piso salarial da educação e da categoria dos profissionais de enfermagem. Com a palavra o secretário João Altair. Comunica o secretário que foi criado um grupo de trabalho com a finalidade de tentar reter ou segurar as despesas com pessoal. Confirma o secretário que foi liberado a contratação de professores, sendo uma demanda represada e com determinação do Ministério Público para cumprimento. Informa também que o governo federal criou uma verba de sete milhões e trezentos, todavia não se sabe ainda qual o valor que será repassado ao município de Porto Velho e nem quando chegara essa verba. Questiona o vereador Marcelo Reis se há um cálculo estimando os valores do dispêndio com a contratação de professores e com os pisos salariais dos professores e o dos profissionais de



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
Gerência das Comissões

enfermagem. Indaga ainda como será o custeio dessas despesas. Responde o secretário que ainda não se sabe quais os valores que serão repassados em relação aos enfermeiros, já aos professores é possível uma estimativa. O vereador Marcelo Reis declara encerrada a primeira sessão de audiência pública. É aberta a segunda sessão de audiência pública. Com a palavra o vereador Paulo Tico. O vereador Paulo Tico faz a leitura da ordem do dia. Com a palavra o secretário Luiz Guilherme. Faz alguns agradecimentos, assim como o secretário João Altair. O vereador coloca a comissão de finanças à disposição, para contribuir no que for pertinente ao grupo de trabalho criado com o fim de reter as despesas. Não havendo mais nada a tratar, é declarada encerrada esta sessão de audiência pública.

Gerência das Comissões, 31 de maio de 2023.



Vereador MARCELO REIS
presidente/CPFAEO-2023

